

***Em nome dos valiosos testemunhos de nossas caras tradições: a “invenção” da cidade monumento e a polêmica patrimonialização da Rua da Ladeira – Rio Pardo (RS)<sup>1</sup>***

**Miguel Ângelo Silva da COSTA\***

**José Martinho Rodrigues REMEDI\*\***

**Resumo:** Ao longo da década de 50 do século XX, num momento em que os exemplos da modernização das cidades e as representações da modernidade urbana espriavam-se pelo país, foi na comunidade da tradicional Rio Pardo, uma pequena cidade localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul, que se deu um confronto/ encontro de ideias e de posicionamentos em relação ao destino da cidade monumento. No presente texto, pretende-se discutir como se deu esse debate entre o governo municipal e setores da elite local que defendiam uma série de ações destinadas à modernização do espaço urbano e cidadãos ligados a alguns importantes intelectuais gaúchos que defendiam a manutenção do patrimônio histórico da cidade. O foco do debate foi o polêmico processo de patrimonialização da Rua da Ladeira como forma de preservá-la do afã modernizador e teve como um de seus principais defensores Biagio Tarantino.

**Palavras-chave:** Patrimonialização. Monumentos históricos. Biagio Tarantino. Rua da Ladeira; Rio Pardo – RS.

***In the Name of Valuable Testimonies of our Prized Traditions: The ‘invention’ of the heritage town and the controversial historical heritage status of Rua da Ladeira in Rio Pardo, Rio Grande do Sul***

**Abstract:** Throughout the 1950s, a period during which models of city modernization and representations of urban modernity spread throughout country, the traditional community of Rio Pardo, a small town in central Rio Grande do Sul, witnessed a clash/communion of ideas and attitudes regarding the destiny of the heritage town. This paper will discuss how the

---

\* Professor Doutor em História - Pesquisador associado ao Centro de Estudios Sociales de América Latina da Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires. CESAL – UNCPBA, Paraje Arroyo Seco, s/n, Boxes II de Investigación, Campus Universitario, (7000) Tandil, Argentina. E-mail: miguelcosta@yahoo.com.br.

\*\* Professor Doutor - Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Av. Independência, 2293, Bloco 5, Sala 506, CEP 96815-900, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil. E-mail: jose.remedi@gmail.com.

debate was conducted between town officials and local elite cadres - who favored measures taken toward modernizing their urban environment - and citizens who, alongside a number of important intellectuals, defended the preservation of the town's historical landmarks. The focal point of this debate was the controversial process that would establish Rua da Ladeira (Slope Street) as a historical heritage site. This proposed measure was intended to preserve it from the modernizing rush of the time, and featured the historian Biagio Tarantino as one of the key figureheads of the campaign.

**Keywords:** Heritage status process; Historical monuments; Biagio Tarantino; Rua da Ladeira; Rio Pardo, Rio Grande do Sul.

As cidades se impõem como desafios aos historiadores que visam entender seus emaranhados de enigmas, de representações, de tempos, de espaços e de memórias. Sob a sua materialidade fisicamente tangível, descortinam-se *idades análogas invisíveis*, com tramas de memórias e de esquecimento do passado, contendo impressões recolhidas ao longo das experiências urbanas. Nas cidades estabelecem-se conflitos e tensões, solidariedades e acolhimentos, mobilidade e enraizamento, planificação e representações, tudo envolto em confrontos infundáveis que redimensionam incessantemente o pulsar urbano. (PESAVENTO, 2007, p. 07)

Era a década de 1950, sob o governo do gaúcho Getúlio Dorneles Vargas (1951-1954), e o Brasil vivia os efeitos de um gradativo e irrevogável movimento de modernização. Na esteira da ambicionada transição do arcaísmo da sociedade agrícola à almejada sociedade urbana, os projetos de modernização de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte ganhavam expressividade na marcha pelo desenvolvimento do país. De forma imiscuída ao discurso político do progresso nacional, muitas cidades brasileiras passaram a ganhar nova fisionomia. A horizontalidade e a aparente “desordem” de suas vias públicas – características físicas do cenário histórico da *urbe* brasileira do século XIX – cederam espaço à verticalização, a obras de infraestrutura e à remodelagem dos antigos traçados urbanos (BRESCIANNI, 2003).

No Rio Grande do Sul, Porto Alegre também iniciava seu processo de metropolização, tornando-se referência para outras cidades do interior do Estado. Obras urbanas com fins habitacionais, comerciais, mas, principalmente, viárias, para solucionar os problemas de tráfego e comunicação entre os bairros e o centro da cidade que se verticalizava, ganhavam relevo na paisagem urbana da capital (MONTEIRO, 2006).

Foi num contexto – este considerado como um lugar de possibilidades historicamente determinadas (GINZBURG, 2004, p.161) – em que os exemplos da modernização das cidades e as representações da modernidade urbana espalhavam-se pelo país, que a comunidade da tradicional Rio Pardo, uma pequena cidade localizada na região central do Estado, se viu interpelada por um confronto/encontro de ideias e de posicionamentos em relação ao destino da *cidade monumento*. De um lado, o governo

municipal e setores da elite local imbuíam-se de uma série de ações destinadas à modernização do espaço urbano da tradicional “Tranqueira Invicta”<sup>2</sup> do Jacuí. De outro, rio-pardenses ligados a alguns importantes intelectuais gaúchos defendiam a manutenção do patrimônio histórico da cidade. Será, portanto, sobre uma história recheada “de enigmas, de representações [...] e de memórias” (PESAVENTO, 2007, p. 07) que buscaremos nos ater nas páginas seguintes deste artigo. Também será com base nela que tentaremos compartilhar a reflexão sobre o papel do patrimônio arquivístico de Rio Pardo no polêmico processo de patrimonialização da Rua da Ladeira.

### **Da invenção da cidade-monumento à pretendida modernização**

No decurso das décadas de 1930 e 1940, época em que o Brasil vivia sob o efeito de debates relacionados às características da brasilidade,<sup>3</sup> um rio-pardense chamado Biagio Soares Tarantino (1903-1973) ergueu a bandeira de preservação do que definiu como “*valiosos testemunhos de nossas caras tradições*” (TARANTINO, 1955, p. 2). Embora, ainda pouco se saiba sobre a trajetória individual daquele autodidata rio-pardense, podemos dizer que não se trata apenas de um personagem coadjuvante no processo de construção discursiva da monumentalização de Rio Pardo, mas de um sujeito que, valendo-se de sua inserção numa complexa teia de relações e de espaços de poder fundamentais na constituição de práticas memorialísticas próprias à sua época, contribuiu decisivamente para se refletir acerca de questões identitárias, políticas e intelectuais que a temática do patrimônio incitou no decurso do século passado.

Algumas memórias familiares dão conta de que *Seu Biagio*, como ficou conhecido na localidade, nasceu em Rio Pardo, em 8 de dezembro de 1903. Filho do italiano Nunziato Tarantino e da encruzilhadense Capitulina Tarantino, começou sua vida profissional ainda jovem. Inicialmente, dedicou-se ao ofício de barbeiro na vizinha cidade de Cachoeira do Sul, onde conheceu Eva Ilda Silveira da Luz. Por lá se casou, mas na década de 1930, em meio às tensões que deram origem ao Estado-Novo (1937-1945), regressou à sua cidade natal para dedicar-se ao ramo hoteleiro. A decisão surgiu em decorrência do presente de casamento que recebeu de seu pai, sujeito que atuou em Rio Pardo como agente de Loteria do Estado e, é possível, que também tenha visualizado no ramo de hospedagem algumas boas possibilidades para que o filho prosperasse na vida.<sup>4</sup>

De posse de um antigo sobrado localizado na Rua 15 de Novembro, atualmente Rua João Pessoa, Biagio incrementou as atividades hoteleiras do então Hotel Provintina. Entre as décadas de 1930-40, o estabelecimento passou a chamar-se Hotel Moderno. Estabelecido, o espaço demonstrou-se oportuno para bons diálogos entre seus

concidadãos, o que fez do hotel um importante ambiente de sociabilidade para os riopardenses procedentes de tradicionais troncos familiares da terra (VOGT e ROMERO 2010, p. 39-50).

Como sabemos, “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada” (HALBWACHS, 1990, p. 71). Ainda que carregada de filtros intermediários e seletivos, as lembranças de Dona Regina Tarantino Velasco acerca da trajetória de vida do pai permitem assinalar que, apesar de não contar com formação acadêmica, Biagio Tarantino não só se mostrou um sujeito atento aos debates que grassavam no cenário intelectual da época, como, também, evidenciou certa habilidade em tecer laços de amizade e diálogos com intelectuais gaúchos que por aqui se viram interpelados pelos efeitos de uma revisão sobre a origem e a cultura regionais. Em outras palavras, poderíamos mesmo dizer que Biagio Tarantino se mostrou inteirado de um processo mais amplo que, segundo Letícia Nedel (2007, p. 89), por essas terras se desenrolou no bojo de disputas entre as elites culturais do país pela formulação de bens sancionados como “autenticamente brasileiros”, ou ainda, de um complexo e dinâmico jogo de lutas classificatórias que serviriam para delimitar fronteiras entre os domínios da arte, da ciência e do patrimônio.

Em plena campanha de nacionalização, mais precisamente, em 1939, talvez tenha sido no *Hotel Moderno* que Gilberto Freyre (1900-1987) e José Lins do Rêgo (1901-1957) tenham se hospedado, quando passaram por Rio Pardo acompanhados de seus anfitriões Clodomir Viana Moog (1906-1988) e Dante de Laytano (1908-2000).<sup>5</sup> Na trilha de uma “aventura automobilística”, Freyre e Lins do Rêgo despencaram do Rio de Janeiro com destino ao Rio Grande do Sul. Por estas terras de *Fronteira*, percorreram os quatro cantos. Transitaram “por estâncias, charqueadas, pela velha parte mais açoriana ou lusitana do Estado”. Aventuraram-se num tipo de “turismo etnográfico”, conversaram “com filhos de alemães em São Leopoldo, com filhas de italianos em Caxias, com vigários no interior, com positivistas do tempo do Dr. Borges [de Medeiros], com descendentes de índios de São Miguel” (FREYRE, 1946). Mas foi focado no debate sobre a nacionalidade e na esteira dos traços constitutivos do discurso da brasilidade em voga no período, que o autor de *Casa Grande & Senzala* ao prefaciar o *Almanaque de Rio Pardo*, trabalho publicado por Dante de Laytano em 1946, não só sintetizou suas impressões sobre o espaço social do Rio Grande do Sul, como, também, assim se referiu a Rio Pardo:

O que vimos pelo Rio Grande nos convenceu, a José Lins do Rêgo e a mim, da força extraordinária do português como colonizador e como missionário. No Brasil inteiro, e não apenas na Bahia e no Rio [de Janeiro], em Pernambuco ou no Pará, ele deitou, antes de qualquer outro europeu ou cristão, raízes de cultura tão cheias de poder de expansão no trópico e de

penetração da terra americana que é essa sua cultura a mais caracteristicamente brasileira não apenas no Norte, ou no centro como no extremo Sul do país. Essas impressões e observações as resumi já noutros trabalhos, principalmente em *O Mundo que o Português Criou*. Neste prefácio [do Almanaque de Rio Pardo], é perdoável que insista no assunto, **lusitaníssima Rio Pardo nos seus característicos de cidade não apenas lusitana na origem como lusitanisante na função cujo prestígio civilizador** pode ter encontrado resistências da parte de núcleos mais novos e menos urbanos da população do Estado, mas não deixou nunca de se fazer sentir de uma maneira ou de outra sobre o espírito de todos esses núcleos, isto é, sobre aquele grupo da população que ecologicamente ficam na sua zona de influência. Influência menos material do que moral. **Cidades assim são cidades valiosas sobre o ponto de vista do abrasileiramento do Brasil, dada à ação do seu prestígio moral de cidades antigas e ilustres no sentido de conservar-se não apenas a tradição de lusitanidade brasileira sem a qual o Brasil – aqui italiano, ali alemão, mais adiante polonês, negroide ou indianoide – correria o risco de fragmentar-se em repúblicas ainda mais separadas como a América espanhola.** (FREYRE, 1946, grifos nossos).

Ao se referir à “lusitaníssima Rio Pardo”, Gilberto Freyre também estava se referindo à memória de uma cidade cuja origem remonta ao século XVIII, época em que, como sabemos, a região foi marcada pelas disputas territoriais entre as coroas ibéricas. Por conseguinte, aos registros de uma cidade “lusitanisante” que em princípio do século XIX despontou como uma das mais populosas da capitania do Rio Grande de São Pedro,<sup>6</sup> com um comércio ativo e com um porto onde se atulhavam embarcações procedentes de Porto Alegre, descarregando as mais variadas mercadorias com destino às regiões da Serra e da Fronteira oeste da província.<sup>7</sup> Mas o autor de *Casa Grande & Senzala*, intelectual com consagrada contribuição e militância ativa em torno da importância do regionalismo e seu lugar na construção da nação – vale lembrar, mantendo-se crítico dos exageros do determinismo geográfico de possíveis implicações racistas (VELHO, 2008, p. 15) –, ainda diria mais sobre a Rio Pardo dos antigos sobrados erguidos à época em que gozava do *status* de rica e comercial:

[...] reduto da mais antiga lusitanidade brasileira na parte setentrional da província; centro, nessa área toda, de um estilo de arquitetura – o sobrado doméstico – que ainda hoje representa uma daquelas adaptações felizes da civilização europeia ao meio americano, realizadas pelo português no Brasil e difíceis de ser de todo superadas por estilos mais modernos de casa urbana. E esse reduto ou esse centro de civilização luso-brasileira apresenta-se aos nossos olhos enobrecidos pelo fato de dentro dele, dentro dos seus sobrados ou de suas casas, terem residido, desde o século XVIII, homens e famílias de atuação notável na vida moral, intelectual, política, do Estado e do Brasil inteiro. É isso que mais prestigia uma cidade antiga aos olhos das cidades novas. O Almanaque de Rio Pardo nos faz sentir o que há ou o que resta de vivamente brasileiro e de tradicionalmente lusitano nas ruas, nas casas, nas igrejas, nos costumes, nos homens de Rio Pardo. O autor [Dante de Laytano] acrescenta, com esse trabalho, aos valiosos estudos já publicados sobre a história de sua província, páginas em que se reafirma historiador sensível não apenas ao que o passado nos oferece de mais grandioso em monumentos e nos arquivos públicos, como ao que

guarda de mais expressivamente humano nos seus arquivos mais íntimos ou nas suas sobrevivências mais domésticas. (FREYRE, 1946).

Ainda que, conforme observou Letícia Nedel (2007, p. 87), tenha sido “no contexto do pós II Guerra Mundial, quando o revisionismo toma conta da produção escrita sobre as origens históricas e culturais do Rio Grande do Sul, que referências literais a Freyre, e não mais aquelas difundidas anonimamente na vulgata da ‘fábula das três raças’, vão se fazer presentes na historiografia sul-rio-grandense”<sup>8</sup>, arriscamos afirmar que foi no período da primeira viagem de Freyre ao Rio Grande do Sul e, sob sua rubrica, que Biagio Tarantino amadureceu seus pendores de colecionador de memórias e lançou-se definitivamente no empreendimento de monumentalização da “Cidadela do Jacuí”.

Dante Laytano, que havia se bacharelado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1930, após suas primeiras experiências profissionais como juiz distrital na cidade de Torres (Litoral Norte do Estado), ocupou o cargo de promotor público em Rio Pardo. Para Moacyr Flores (2007, p.02), foi paralelamente às atividades do Ministério Público que Dante resolveu realizar pesquisas sobre o passado da cidade.<sup>9</sup> Contudo, ao que tudo indica, seus elos com Rio Pardo transcenderam os interesses puramente profissionais e de pesquisa. De acordo com Larissa Roso (2000), em 1936, Laytano contraiu núpcias com Dona Ilha de Almeida, descendente de uma tradicional família rio-pardense.

Naquele mesmo ano, Laytano tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e, por certo, o interesse comum pelas “coisas da terra” o aproximou de Tarantino. Esse, por sua vez, integrou-se a importantes e tradicionais núcleos associativos de Rio Pardo, entre alguns deles, a Irmandade de Caridade do Senhor Bom Jesus dos Passos<sup>10</sup> e a União dos Rizicultores. Imaginamos que a inserção de Tarantino nesses tradicionais espaços de sociabilidade das elites locais não só contribuiu para construção de seu capital social, como, também, para a ampliação de suas possibilidades de inserção na esfera política local, sobretudo pelo acesso a confrades como Ernesto Protásio Wunderlich, prefeito de Rio Pardo entre 1936 e 1947.

Além de participar das associações e confrarias locais, Tarantino conseguiu articular sua inserção local aos contatos nacionais, fazendo com que uma esfera de relações acabasse como legitimadora da outra. Essa sua capacidade transparece em momentos em que luta pela criação de organismos culturais no município e busca legitimidade em intelectuais conhecidos nacionalmente, justificando o pedido de apoio junto a eles como credenciado defensor local do patrimônio.

Foi no bojo de um eficiente discurso de convencimento alicerçado na ideologia do fortalecimento da identidade do Estado/Nação, e num contexto em que “inventava-se” o patrimônio nacional, que os Departamentos Culturais de Rio Pardo foram constituídos. Ou seja, constituíram-se no auge do Estado Novo (1937-1945), quando se buscava produzir,

administrar e difundir no imaginário coletivo uma memória nacional estruturada com base no discurso da tradição e dos símbolos da nacionalidade brasileira (OLIVEIRA, 2008).

Na esteira da estruturação das agências oficiais de preservação do patrimônio nacional,<sup>11</sup> foram criadas as seguintes “repartições públicas culturais” no município, assim descritas por Dante de Laytano (1946, p. 128):

**a) Museu Barão de Santo Ângelo:** A cidade de Rio Pardo, pela sua história e pelos feitos de seus filhos, encontra-se em situação de possuir uma repartição pública para zelar pelo passado e, também, a fim de que se pudesse mostrar, aos visitantes, algumas cousas do que era esta terra, criou-se um pequeno museu, onde estão recolhidos objetos e antiguidades bem interessantes. O Museu foi instalado por sugestão do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do qual é diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade;

**b) Biblioteca Municipal:** Criada em 1939, está sendo muito visitada pelos rio-pardenses que a consultam diariamente. Existem boas obras. Do Instituto Nacional do Livro cujo presidente é Augusto Meyer, recebe, regularmente, volumes, com o que se tem enriquecido a biblioteca. Funciona na parte térrea da Prefeitura, junto com o Museu;

**c) Arquivo Histórico:** Formando um serviço especial, foi criado o Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal, tendo uma sala para consulentes. A riqueza de documentos que possui o Arquivo é deveras impressionante, pois estão recolhidos livros e papéis, entre outros, inúmeros que evocam o pouco conhecido período colonial do Rio Grande;

**d) Diretório Municipal de Geografia:** organizado de acordo com a legislação federal, tem prestado muitos bons serviços à comuna, sendo que o principal deles constitui no fato de protestar, energicamente, contra a mudança do nome de Rio Pardo, como se pretendia fazer em 1944; e

**e) Conservatório de Música:** Está localizado à Rua Andrade Neves, defronte à sede da Cia Telefônica. Independentemente do trabalho educacional, o Conservatório é centro artístico de interesse, pois vem amparando todas as iniciativas de seu ramo, inclusive a manutenção dum ótimo coral de igreja.

A constituição daquelas repartições públicas ampliou o espaço de atuação de Biagio Tarantino. Como responsável direto por aqueles espaços de ativação de memória, empenhou-se na organização de exposições e mostras culturais, saraus literários, mas, principalmente, em sensibilizar a comunidade em relação à importância da preservação da memória de Rio Pardo. Porém, como parte integrante daquele processo de construção discursiva do quê e do porquê “zelar pelo passado” rio-pardense, ganharam expressividade as produções de Dante de Laytano, Deoclécio de Paranhos Antunes (1902-1962)<sup>12</sup> e, mais tarde, de Francisco Riopardense de Macedo (1921-2007).<sup>13</sup> Foi em diferentes, mas em importantes momentos daquele processo de monumentalização de Rio Pardo, que as produções daqueles intelectuais contribuíram para a representação e objetivação de um passado que se queria coerente e dotado de continuidade, ou, ainda, que fosse capaz de subsidiar a administração da cultura e/ou da memória, com base num debate centrado nas “reliquias” da tradição.

Sob esse aspecto, como logo veremos, nos parece oportuno considerar que os comportamentos de Biagio Tarantino em relação à cidade de Rio Pardo, e ao que considerava patrimônio, fossem coerentes com o conceito à época difundido no meio em que circulava. No tempo de Biagio (1903-1973), a noção de patrimônio fundiu-se à de “propriedade”, mais precisamente com uma propriedade herdada, na qual um conjunto de “reliquias do passado” era abordado sob uma lógica de conservação e de legado às gerações futuras. É o que não deixa de observar Reginaldo Gonçalves (1988 p. 267), quando nos diz que desta concepção desponta o papel mediador entre distintas dimensões de tempo:

Deste modo, muitos dos bens culturais que compõem um patrimônio estão associados ao “passado” ou à “história” da nação. Eles são classificados como “reliquias” ou “monumentos”. Assim como a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram herdados e que permanecem na família por várias gerações, também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional. Estes bens constituem um tipo especial de propriedade: a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro. Em outras palavras, eles garantem a continuidade da nação no tempo. (GONÇALVES, 1988, p. 267).

Seguindo o raciocínio de Gonçalves (1988), talvez não fosse exagero considerar que Biagio Tarantino e seus *companheiros de viagem* também tivessem, entre outros objetivos, consubstanciar e outorgar o patrimônio rio-pardense como parte da nação brasileira e, a eles próprios, enquanto representantes signatários daquele processo de patrimonialização local. Por outro lado, como de início observamos, foi no alvorecer da década de 1950 e sob o influxo da ambicionada transição do arcaísmo da sociedade agrícola à almejada sociedade urbana, que o projeto de patrimonialização da “lusitaníssima Rio Pardo”, esbarraria no movimento de modernização da localidade, que, de modo articulado ao histórico papel agroexportador que o Rio Grande do Sul exerceu no mercado interno brasileiro, anunciava a retomada de seu desenvolvimento econômico naquela década (SCHNEIDER, 2005).

Empenhados em ampliar suas margens de ganho, setores da elite local mobilizaram-se para criar mecanismos de beneficiamento da produção agropastoril no município. Em 1943, foi inaugurada a Cooperativa Agrícola de Rio Pardo Ltda. Segundo Luis Carlos Schneider (2005, p. 185), arquiteto que estudou o processo de urbanização de Rio Pardo, estrategicamente localizada em área urbana e próxima à estação férrea, a cooperativa implementou o beneficiamento do arroz que de Rio Pardo seguia para Porto Alegre. Ainda conforme o arquiteto, no mesmo período também surgiu a Cooperativa Pastoril de Rio Pardo, indústria destinada a frigorificar a carne abatida no município e distribuí-la já beneficiada para o mercado regional.

Embora a cidade não tenha passado pelo processo característico do binômio urbanização-industrialização, a configuração social de uma elite política e econômica fortemente ligada ao espaço rural não impediu que indivíduos a ela ligados se demonstrassem desejosos de ser e fazer-se ver modernos, ou ainda, de viver em uma cidade com ares de modernidade. A cidade, então, passou a sofrer mudanças na sua estrutura e forma urbana. Acompanhando o gradual processo de implantação do sistema rodoviário em detrimento do ferroviário e fluvial, as vias terrestres de conexão entre Rio Pardo e as cidades vizinhas (como Cachoeira, Candelária e Santa Cruz) passaram a receber maior fluxo, o que concorreu para que em 1951 fosse edificada a Estação Rodoviária da cidade.<sup>14</sup> Embora, desde a década de 1920, houvesse sistema de coleta de água e de distribuição de energia elétrica na cidade, também data do início da década de 1950 a implantação de sistemas de saneamento básico (água e esgoto) e a ampliação do abastecimento elétrico na localidade (SCHNEIDER, 2005).

Porém, sob o ponto de vista de alguns administradores municipais, parecia incoerente manter no tecido urbano de uma cidade que tentava se modernizar uma malha viária desprovida de infraestrutura condizente com o propósito modernizador. Deflagrar-se-ia, assim, a primeira contenda pela manutenção de um dos símbolos da “herança” deixada pelo colonizar na cidade: a da Rua da Ladeira.

Parece-nos certo que as elites políticas locais, em suas disputas pelo poder municipal, tinham a cultura e as questões preservacionistas como mais uma das demandas/plataformas de seus projetos de governo. No entanto, a documentação até o momento estudada não nos permite, para além do episódio da Rua da Ladeira e seus personagens diretamente envolvidos, afirmar claramente quais são os projetos, grupos e como se diferenciam na questão da cultura patrimonial.

### **“Ladeira abaixo... Ladeira acima”: cenas de um equilíbrio móvel de tensões**

Em virtude das comemorações do bicentenário de fundação da cidade de Rio Pardo, convidaram-nos a emitir opinião sobre a polêmica que envolveu a Rua da Ladeira, na década de 1950.<sup>15</sup> Na ocasião, em meio às diferentes indagações realizadas, nos foi perguntado se concordávamos com a afirmativa de que a rua poderia ser considerada a primeira via calçada no Rio Grande do Sul. De imediato, nos veio à mente que a pergunta realizada era mais importante do que qualquer resposta que emitíssemos. Assim, o que aparentemente demonstrava ser uma curiosidade jornalística tratava-se de uma indagação que encontrou eco nas incompatibilidades locais, configuradas no centro de um tenso “jogo social” (ELIAS, 2001), no qual seus protagonistas – aqui considerados como sujeitos

integrantes de um processo social tecido com base em movimentos e em estratégias bem articuladas – defenderam visões distintas em relação a Rio Pardo e ao discurso pelo progresso nacional, intensamente difundido na sociedade brasileira da década de 1950.

Faustino Teixeira de Oliveira era o prefeito de Rio Pardo quando iniciou a polêmica em torno da Rua da Ladeira. Contudo, foi na administração de Antônio Olinto Meurer<sup>16</sup> que o debate sobre a permanência ou não de seu tradicional calçamento na paisagem urbana de Rio Pardo (Figuras 01, 02, 03 e 04), ou ainda, no espaço social reconhecido por Gilberto Freyre (1946) como “reduto da mais antiga lusitanidade brasileira na parte setentrional da província”, ganhou maior intensidade e repercussão não apenas na localidade, como, também, no cenário regional.<sup>17</sup>



**Figura 1 - Igreja Matriz, parte da Rua da Ladeira e seu entorno – final da década de 1870.**

Fonte: AHMRP – Iconografia.



**Figura 2 - Contornos da paisagem urbana de Rio Pardo – Igreja Matriz e seu entorno 1898.**

Fonte: AHMRP – Iconografia.



**Figura 3 - Rua da Ladeira, década de 1940.**  
Fonte: AHMRP – Iconografia.



**Figura 4 - Rua da Ladeira, década de 1940.**  
Fonte: AHMRP – Iconografia

Diante do ensejo modernizador propagado pela administração municipal, Biagio Tarantino externou publicamente a posição de um grupo que há uma década havia encetado a patrimonialização do que consideravam testemunhos irrefutáveis da história e da nacionalidade brasileira na cidade:

Na qualidade de organizador e diretor do museu municipal da minha histórica cidade natal, não poderia assistir impassível à destruição de mais um testemunho de sua inconfundível história, de sua tradição imorredoura e da demonstração da capacidade de trabalho, abnegação e patriotismo de nossos antepassados rio-pardenses [...]. Refiro-me à destruição do tradicional calçamento da rua da Ladeira, no estilo romano, raríssimo, construído pelas primeiras Câmaras Municipais, no período Don João VI – único existente no estado – e considerado por eminentes estudiosos e conhecedores que nos visitam como um notável atrativo turístico, digno de ser divulgado e visitado, cuja preservação se impõe, pois, já é consagrado patrimônio histórico estadual, encerrando, além da reverência ao esforço, à capacidade de trabalho inteligente e ao patriotismo dos nossos antepassados: **TRADIÇÃO – HISTÓRIA – RARIDADE**. A par do considerável fator econômico, facilmente imaginável dado ao surto da inteligente mentalidade turística que é mantido com ardor pelos países mais adiantados, com surpreendentes resultados financeiros, é de entristecer ver-se a mão do homem destruir o que possuímos de precioso: **os valiosos testemunhos das nossas caras tradições**. [...] Hoje, a rua da Ladeira por iniciativa da administração municipal; ontem, o velho e tradicional casarão do colégio elementar, por ordem da Secretaria das Obras Públicas; na mesma época, a demolição da casa oferecida pelo povo à paróquia; anteriormente, as mutilações, reformas, e decorações inadequadas da Igreja Matriz e da Capela São Nicolau; a destruição do artístico portão de São Francisco e do seu cemitério, tudo do período faustoso e áureo dos rio-pardenses, pertencentes a entidades que tinham o dever de os conservar para a posterioridade, como motivos de orgulho aos inúmeros turistas que nos visitaram, como é comprovado pelo registro do museu. **São golpes contra nossas tradições que as gerações futuras apontarão, apontando seus autores**. Embora fique isolada, aqui consigno, mais uma vez, a minha voz em defesa de nosso patrimônio histórico, artístico e turístico. (TARANTINO, 1955, p.2, grifos nossos).

Por outro lado, contra sua linha de raciocínio despontavam vozes de apoio à iniciativa do poder público local. Curiosamente, mesmo manifestando-se adeptos do “culto às tradições”, contra-argumentavam que a manutenção do calçamento da Ladeira representava um anacronismo em relação “aos surtos de progresso e de civilização por que anseiam as coletividades”, de modo que a “importante artéria rio-pardense” merecia e precisava ser modernizada, principalmente para seguir “o embelezamento progressivo da heroica cidade-luminar.” (AS PEDRAS..., 1953, p. 2). Outros ainda, de forma mais curiosa e contraditória, acionavam subsídios fantasiosos na memória das visitas de Pedro II a Rio Pardo<sup>18</sup> para refutarem a permanência das “malvadas”, “feias” e “irregulares” pedras da rua:

Longe de ser um Monarca [...], mas por ocasião de minha última visita à minha terra, na calada da noite fui dar meu passeiozinho pela célebre Rua

da Ladeira. Em duras pedras eu pisei tremendo. Sentindo sobre os pés tais marteladas, que os meus calos, então, gemendo, aflitos bradaram com rancor: Mas que malvadas! Depois deste meu verso, que me surpreendeu anatematizado, singelas e inocentes pedras, que culpa têm elas de serem irregulares e feias? [...] Para as obras de arte, pois deverão convergir as pedras da Rua da Ladeira, se dali forem removidas. E devem ser removidas. Não se justifica mais a sua permanência em zona tão central, ofuscando a belíssima impressão que nos dá a rua principal, tangenciando uma das extremidades da decantada via pública, como e exceto para o modernismo, nessa arrancada que entusiasmo e empolga o rio-pardense, mercê de uma administração que se impôs ao preço de seus contínuos, seguida agora com alma e coração pelo atual prefeito (CUNHA, 1953, p. 3).

Não obstante tivesse se acentuado as dificuldades em dar continuidade ao acautelamento daqueles “lugares de memória” (NORA, 1993), Biagio Tarantino se demonstrou perspicaz e atento quanto às possibilidades de obter êxito em seu empreendimento e, no estatuto do tombamento, encontrou um mecanismo legal para tentar frear a iminente descaracterização da Ladeira<sup>19</sup>. Apesar disso, entre a intenção e a prática havia um desafio que se impunha a Biagio: o de conferir sentido e justificação para a desejada autenticidade cultural da via.<sup>20</sup> Mas como fazê-lo? Ou ainda, como conferir-lhe excepcionalidade?

Apesar de o Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo (AHMRP) ter sido oficialmente criado em 1992,<sup>21</sup> sua história não é tão recente (de fato, o Arquivo funcionava desde 1940, mas sem Lei que o instituisse) e, tampouco, deriva apenas dos conhecidos desdobramentos do Decreto Federal n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991.<sup>22</sup> Sem a ambição de imputar a Biagio Tarantino uma versão hiper-racionalista de seus comportamentos e ações, ainda assim, é possível dizer que a institucionalização do acervo documental do AHMRP encontra-se atrelada ao processo de patrimonialização da Ladeira. cremos que, no bojo da dinâmica política de um processo recheado de microconflituosidades, Tarantino também acreditasse no papel comprobatório que os documentos de arquivo exerciam na invenção, na autenticação e na atribuição de valor à identidade de uma nação, pois, como sabemos, ao longo do século XIX e durante as primeiras décadas do XX, os arquivos foram reconhecidos e entendidos como instituições “guardiãs” de testemunhos inquestionáveis do passado. Foram tempos em que os historiadores atribuíam às fontes documentais o valor significativo e significativo de uma narrativa que, entre outros aspectos, se propunha a ressaltar facetas legitimadoras de uma dada identidade nacional (BURKE, 1992, p. 10).

A Rua da Ladeira para Tarantino erigia-se na categoria de Monumento e, muito embora Le Goff tenha afirmado que “o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (1990, p. 536), eram os testemunhos escritos ou a referência a eles

que conferiam legitimação aos pleitos de preservação em seu discurso. Em vários momentos, a citação aos documentos escritos guardados no Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo foi a fonte de sua “legítima verdade histórica” para a perpetuação do monumento.

Por outro lado, ancorado numa rede de relações pessoais da qual participavam políticos e intelectuais, e, imerso numa disputa situada na fronteira de um debate com contornos mais elásticos, no qual se refletiam visões distintas em relação à tradição e à modernidade, Tarantino acionou nos “suportes da memória” (LE GOFF, 1984) distribuídos no acervo do AHMRP o argumento em parte necessário para a justificação da autenticidade e excepcionalidade (os mesmos critérios utilizados na seleção de documentos históricos) da Rua da Ladeira. Foi, portanto, sob o argumento de que a rua havia sido pavimentada em 1823 e, portanto, tratando-se de um “tradicional calçamento [...], no estilo romano, raríssimo construído pelas primeiras Câmaras Municipais, no período Don João VI – único existente no estado – e considerado por eminentes estudiosos e conhecedores que nos visitam como um notável atrativo turístico”,<sup>23</sup> que a Ladeira passou a integrar o rol dos bens tombados, à época, pelo DPHAN,<sup>24</sup> órgão que, como nos lembra Ana Meira (2008, p.274), em 1952 teve como delegado no Rio Grande do Sul, ninguém menos do que Dante de Laytano. Essa pista nos leva suspeitar que, muito provavelmente, Tarantino tenha podido contar com o que Lúcia Lippi de Oliveira (2008, p. 120-121) definiu como um “afã” por catalogações e registros que se converteram na defesa da matriz luso-brasileira da cultura nacional.

Entretanto, o que Biagio não sabia, e não poderia mesmo saber, é que mesmo a versão e o sentido positivista atribuído aos documentos, assim como à história e à memória, não estavam isentos de questionamentos (LE GOFF, 1984). Deste modo, considerando que a tarefa do historiador seja mesmo a de historicizar sem, contudo, perder de vista a “tentação teleológica” e o “anacronismo presentista”<sup>25</sup>, cabe-nos observar que o tombamento da Rua da Ladeira e o seu caráter de excepcionalidade foram amplamente contestados pelo grupo que divergia em relação à patrimonialização da rua.

A polêmica virou pauta no meio jornalístico e extrapolou os limites da municipalidade. Amplamente divulgada pela imprensa local e regional, algumas reportagens informam que, na iminência do acautelamento federal, um trecho do calçamento da Rua da Ladeira foi retirado por ordem da prefeitura municipal. A atitude esquentou os ânimos a ponto de as “[...] seculares pedras [serem] guarnecidas pela Brigada Militar, de arma embalada” (RUA DA..., 1956, p.4).

O ato levou setores da sociedade civil a manifestarem repúdio ao que consideraram uma prática de “vandalismo” aos símbolos representativos da identidade nacional. Em fevereiro de 1955, em apoio a Biagio Tarantino, assim se manifestou o “35” Centro de Tradições Gaúchas, a primeira e uma das mais importantes agremiações do influente Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), nas páginas do *Correio do Povo*:

Rio Pardo está para o Rio Grande, sob o ponto de vista histórico, como Ouro Preto está para Minas Gerais – eis uma conclusão a que necessariamente chega quem quer que, conquanto em linhas gerais apenas, se detenha na apreciação do papel representado por aquela cidade na integração de nosso estado na comunidade brasileira. Tão relevantes e decisivos episódios se ligam a tradicional cidade sul-rio-grandense, na demarcação e na formação da província do extremo sul do mundo luso-brasileiro, e tão marcantes traços ficaram desses episódios e do espírito colonizador e administrativo que os presidiu, que a preservação dos mesmos se tornou uma inelutável imposição, de cunho histórico e tradicionalista da mesma forma, como, sabiamente se procedeu com relação à citada cidade mineira e às outras do país. [...] Tudo quanto, pois, em Rio Pardo, como em qualquer outro lugar, esteja fortemente ligado aos nossos fatos históricos mais importantes é de ser religiosamente preservado, inclusive, por exemplo, o calçamento da Rua da Ladeira, naquela cidade, o qual, conforme se divulgava na última edição do “Correio do Povo” se pretende destruir, vandálicamente (sic). [...] Verdadeira relíquia histórica, como se vê e, no entanto se intenta entregar a picareta demolidora dos operários da prefeitura. Justificado é por certo, o protesto do “35” Centro de Tradições Gaúchas [...]. Visto como se trata do mais antigo calçamento de rua do Rio Grande do Sul, como se salienta no ofício em que é o mesmo lavrado, “com características tipicamente latinas, porque romanas e também portuguesas, pois calçamento de tal tipo também existe em Lisboa, Setúbal, Porto e outros mais” (O “35” CTG PROTESTA..., 1955, p. 3).

Na mesma linha, homens de política com os quais Biagio Tarantino aparentemente entretinha relações, como, no caso, do deputado rio-pardense Glicério Alves de Oliveira, também se posicionaram no conflito. Em correspondência emitida a Tarantino, em 14 de março de 1955, assim se expressou o deputado Alves de Oliveira:

Meu caro Biagio,

Venho trazer-lhe, como rio-grandense e rio-pardense, a minha absoluta e integral solidariedade, a propósito da corajosa campanha cívica de veemente protesto que V.S. vem mantendo contra os que profanam as tradições da nossa terra e dilapidam seu patrimônio histórico, no caso do atentado à Rua da Ladeira. Em 1944 eu caminhava nesta rua com o hoje eminente deputado federal [José Conceição Pereira] Coelho de Souza, então Secretário da Educação, e comentávamos o que significava, em beleza histórica, aquelas pedras que a calçavam, as quais imaginávamos ficassem ali eternamente, eis que elas próprias, saídas da fortaleza Jesus Maria José, ostentavam cicatrizes heróicas e haviam resguardado aqueles Dragões que demarcaram as fronteiras meridionais do Brasil. Nunca poderíamos pensar que elas, testemunhas de tanta bravura e abnegação, também assistissem a atos de tamanha ignorância, de incompreensão, de maldade, de politicagem, de campanário, como aqueles que assinalavam, agora, a sua remoção sem causa. Nessa ocasião Coelho de Souza me disse: “Tenho a impressão que estou caminhando num templo!” E efetivamente toda nossa cidade é um templo de civismo e a maioria de seus filhos compreende e se orgulha do que ele significa na história de Rio Pardo. Graças a Deus que a profanação não está sendo cometida por um filho de Rio Pardo! É certo bem sei que as pessoas ali aplaudem, por motivos subalternos, a mesquinha medida. Que sua atitude fique marcada diante da história! Não vou perder tempo em comentar sem razão o “melhoramento”, que se pretende introduzir em Rio Pardo. [...] toda gente

conhece os motivos inferiores que o inspiram dir-lhe-ei apenas, que envolta com a minha total solidariedade, ainda não passou em julgado e não pode, por isso, ser considerado como definitivo o ato inacreditável e bárbaro daqueles que profanam as tradições da nossa terra, as quais se entrosam com fatos memoráveis da história do Brasil. Cumpra a Câmara Municipal e a todos os rio-pardenses velarem por essas pedras sagradas, que vão voltar se Deus quiser, mais hoje, mais amanhã, ao local de onde saíram. Essa terra tem donos e esses são os seus filhos que sabem e querem amá-la e servi-la.

Um abraço do conterrâneo, amigo e apreciador.

Glicério Alves (OLIVEIRA, 1956, p.2).

Aproximadamente uma semana depois, o jornalista Xavier da Luz informou à sociedade rio-grandense que, com o tombamento da Rua da Ladeira, a vitória na encalorada polêmica havia sido dos “tradicionalistas”. Porém, o “Sr. Meurer”, também havia saído vitorioso, tendo em vista que a recolocação do calçamento retirado ficaria aos encargos do Estado com a colaboração da prefeitura. Os leitores dos jornais *Correio do Povo* e *Rio Pardo* também foram informados de que, em Porto Alegre, despontavam ruídos sobre um ofício, enviado por Olinto Meurer aos líderes de bancadas na Assembleia, no qual dizia ser “a atitude do Sr. Biagio Tarantino pueril e infundada, de vez que propalada valia turística e histórica da pedraria referida é dúbia e inconsistente e se tem prestado mais a vexatórios e contundentes conceitos emitidos contra os foros de cidade progressista de que se orgulha Rio Pardo” (LUZ, 1955, p.3).

Intitulado *Ladeira abaixo...Ladeira acima*, o texto de Xavier da Luz destacou o plebiscito organizado pelo bacharel e também à época homem de política Fernando Wunderlich, para que “os 50.000 habitantes de Rio Pardo se manifestem quanto à tese do Sr. Meurer: substituir o calçamento da Rua da Ladeira por paralelepípedos, por ser, como disse o valor histórico da rua dúbio e inconsistente”. Segundo o jornalista porto-alegrense, os “tradicionalistas”, por sua vez, aguardavam o resultado do plebiscito efetuado por Wunderlich, para, então, verificar quantos dos 50.000 habitantes estão favoráveis ou contra a conservação e restauração da Rua da Ladeira. (LUZ, 1955, p.3).

Ainda segundo versões propagadas pela imprensa, ainda que a Secretária das Obras Públicas do Estado tivesse assumido a responsabilidade pela licitação das empresas que forneceria material para a recomposição do calçamento da rua, foi apenas em 1958 que a obra parece ter se consumado. Sobretudo, após a visita que o “Dr. Glicério Alves e o Sr. Biagio Tarantino” fizeram ao “Gabinete do Sr. Secretário das Obras Públicas, Major Euclides Triches, acertando com S. Ex<sup>a</sup>. as providências para o mais rápido início das obras de calçamento do que falta pavimentar na Rua da Ladeira”. Orçado “em quantia superior a Cr\$ 600.000.00”, o restante do calçamento da rua foi realizado com paralelepípedos sob responsabilidade da prefeitura de Rio Pardo (Figuras 05 e 06) (CALÇAMENTO DA RUA..., 1958, p.3).



**Figura 5 - Rua da Ladeira, 2008**

Fonte: Acervo Digital e fotografia de Caio Flavio. 22 de setembro de 2008.



**Figura 6 - Rua da Ladeira, 2008.**

Fonte: Acervo Digital e fotografia de Caio Flavio. 22 de setembro de 2008.

## **A “invenção” da cidade-monumento e a polêmica patrimonialização da Rua da Ladeira: algumas palavras finais**

O historiador italiano Carlo Ginzburg (2004) ao comentar *O retorno de Martin Guerre*, notório trabalho de Natalie Zemon Davis (1987), observou que o termo “invenção”, por si só, encerra um conteúdo provocativo, quando não, demasiada confusão. Contudo, advoga que a pesquisa de Natalie Zemon Davis não revela um fluxo de contraposição entre “verdadeiro” ou “invenção”, mas, sim, sobre a relação entre “realidade” e “possibilidades”. Segue seu raciocínio considerando que o objetivo de Davis se torna evidente, na medida em que abundam no corpo de seu texto expressões, tais como “talvez”, “pode ser”, “se pode supor”, entre outras, que numa linguagem historiográfica pode significar, “muito provavelmente”. Por outro lado, Ginzburg também nos lembra de que a experiência histórica está carregada de realidades múltiplas, as quais não chegam prontas e conectadas ao historiador de ofício, de modo que explorá-las a partir de um “campo de possibilidades” reflete a “prudência acumulada a lo largo del trabajo en archivo y bibliotecas” (GINZBURG, 2004, p. 158) .

Assim sendo, acreditamos que, diante do que aqui buscamos esquadrihar, pouco acaba interessando, se a Rua da Ladeira foi ou não construída em 1813, por conseguinte, se foi, ou não, a primeira via pavimentada no Rio Grande do Sul (se é que sob o ponto de vista historiográfico isso faria algum sentido), ou, ainda, quais posicionamentos retinham maior validade naquele contexto de disputas. Mais importante, parece-nos ser o horizonte de possibilidades de pesquisa que se coloca, na medida em que atentamos para os mecanismos e os recursos acionados pelos sujeitos envolvidos nas tramas desenroladas no âmbito da patrimonialização da Rua da Ladeira, o que consideramos como parte integrante de um processo que se configurou mediante conflitos de ideias, de interesses e de espectivas distintas em relação à “Cidade-Monumento” e à “Cidade Progressista”, ou, ainda, em relação à “Cidade Real” ou à “Cidade Imaginada”.

Em face disso, devemos observar que, quando decidimos recuar no tempo e, num trabalho que não deixa de ser de *Memória*, discorrer sobre os comportamentos de um riopardense autodidata (Biagio Tarantino) que habilidosamente soube não apenas encontrar o “fio de Ariadne” (GINZBURG, 2007), como, também, guiar-se talentosamente pelo “labirinto da realidade” tecendo outros “fios” com intelectuais e alguns homens de política do seu tempo, como, por exemplo, Gilberto Freyre, Dante de Laytano, Augusto Meyer, Glicério Alves de Oliveira, Euclides Triches, entre outros, nosso interesse esteve longe de comprovar ou refutar a validade do discurso e/ou “invenção” de Rio Pardo, enquanto cidade-monumento, tampouco “condenar” ou “absolver” os personagens envolvidos naquele intrincado e polêmico processo de patrimonialização da Rua da Ladeira. Antes, nosso desejo foi o de chamar a atenção para as possibilidades de incluirmos na agenda historiográfica a

análise – baseada em fontes “descobertas ou a serem descobertas” (GINZBURG, 2007, p. 328) – das experiências de sujeitos como Biagio Tarantino ou, ainda, de comportamentos de indivíduos que, apesar de distanciados dos importantes centros políticos e dos gabinetes das agências oficiais do Estado, ainda assim participavam do que poderíamos chamar de uma história do dia a dia da patrimonialização alicerçada por redes de relações competentemente alinhavadas.

Assim, como diz Elsa Peralta (2003), ao analisar o que denomina de *operação construtiva do patrimônio*, existe um caráter intencional e utilitário do processo. Para a antropóloga, a dimensão utilitária é moderada com base no valor de identificação simbólica que é atribuído ao mesmo. Ao passo que uma idealização construída por uma sociedade sobre quais são os seus próprios valores culturais, o patrimônio serve, antes de mais nada, para fins de identificação coletiva, veiculando uma consciência e um sentimento de grupo, para os próprios e para os demais, erigindo, nesse processo, fronteiras diferenciadoras que permitem manter e preservar a identidade coletiva. Trocando em miúdos, trata-se, pois, de uma síntese simbólica de elementos significativos e significantes de um mosaico cultural de uma dada sociedade (PERALTA, 2003, p. 85).

Por fim, a antropóloga portuguesa vai além e, em suas considerações, enfatiza a relação do patrimônio com o passado e com a história. No entanto, refere que mesmo alimentando-se do passado, o patrimônio acaba distanciando-se dos vestígios tangíveis do processo histórico. Fica o desafio para nós, historiadores, de termos a compreensão de que “[...] o patrimônio, como interpretação do passado, é uma recriação da história, que emana visões essencialistas do passado e neutraliza as contingências históricas” (PERALTA, 2003, p.86).

**Recebido em 23/1/2013**

**Aprovado em 6/6/2013**

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Agradecemos a leitura prévia do texto pela Profa. Dra. Carla Renata Antunes de Souza Gomes, professora de Teoria, História e Legislação da Conservação e Restauro da FTSG, cujas sugestões foram muito importantes, o que não isenta nossa responsabilidade pelos possíveis equívocos. A pesquisa da qual este artigo é uma das resultantes (“Memória, História e Educação Patrimonial: Revitalização do Arquivo Histórico do Município de Rio Pardo”) teve o apoio da FAPERGS, da UNISC e da SEDAC-RS.

<sup>2</sup> O dístico “Tranqueira Invicta” faz parte do brasão da cidade de Rio Pardo e refere-se à sua situação de ponto estratégico na ocupação do território sulino pelos portugueses. No local foi construído o Forte Jesus, Maria, José, na confluência dos rios Pardo e Jacuí, e por todo o século XVIII resistiu aos

ataques de tropas espanholas e indígenas. A cidade somente será ocupada por tropas invasoras na Revolução Farroupilha, em 30 de abril de 1838.

<sup>3</sup> Embora seja de conhecimento geral, vale lembrar que foi na década de 1930 que despontaram nomes e obras como o de Paulo Prado e o seu *Retrato do Brasil* (publicado em 1928); de Caio Prado Júnior, com o seu *Evolução Política do Brasil*, de 1933; de Gilberto Freyre com *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados & Mucambos*, produções de 1933 e 1936, respectivamente; e, ainda, Sérgio Buarque de Holanda com o clássico *Raízes do Brasil*, publicação de 1936.

<sup>4</sup> Parte das informações biográficas aqui citadas é oriunda de depoimento oral de Dona Regina Tarantino Velasco, filha de Biagio Soares Tarantino, entrevistada ao longo do Projeto de Revitalização do Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo - 2004-2007, instituição criada por Tarantino. (AHMRP - Fundo Biagio Tarantino - VELASCO, Regina Tarantino. Entrevista 01, 23/03/2005).

<sup>5</sup> Segundo Letícia Nedel (2007, p. 85), a segunda estada de Gilberto Freyre no Estado foi em 1940, desta vez com objetivos acadêmicos mais imediatos. Como convidado de honra do prefeito José Loureiro da Silva, Freyre apresentou a tese "Sugestões para o Estudo Histórico e Social do Sobrado no Rio Grande do Sul". Na ocasião, também apresentou uma conferência que se tornaria célebre, intitulada "Continente e Ilha", no III Congresso de História e Geografia, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico local (IHGRS), em alusão ao bicentenário da fundação de Porto Alegre.

<sup>6</sup> Chegarmos a números precisos quanto à intensidade populacional da Capitania naquele período torna-se tarefa praticamente impossível, principalmente se levarmos em conta a escassez de dados estatísticos e a própria dificuldade de controle populacional verificada no período. Contudo, alguns dados publicados pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE) nos permitem estimar que, em 1814, a população total da capitania fosse de 70.656 indivíduos. Incluindo-se livres e escravos, Rio Pardo contava com aproximadamente 10.455 ou 14,78% desta população, percentual significativamente superior aos verificados para os casos de Porto Alegre (8,64% ou 6.111 indivíduos), Rio Grande (5,08% ou 3.590 indivíduos) e Santo Antônio da Patrulha (4,39% ou 3.103 indivíduos), Vilas (municípios) criados conjuntamente com Rio Pardo em 1809. Também devemos observar nessa nota, nossa suposição de que os dados referentes à estimativa populacional de 1814 tratam especificamente da vila de Rio Pardo (sede de seu termo), embora neste período outros povoados estivessem submetidos à sua jurisdição, como no caso das Freguesias de Nossa Senhora da Cachoeira, Santo Amaro, São José do Taquari e atreladas a estas ainda estivessem as capelas de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Santa Maria da Boca do Monte, Santa Bárbara da Encruzilhada e as povoações dos Sete Povos Missionários e de Nossa Senhora do Rosário de São Gabriel (AHMRP – CRGC nº. 271, 1811, folha 3). Os dados que aqui referimos também mencionam algumas dessas localidades, o que nos leva a crer que realmente o núcleo de Rio Pardo concentrava o maior contingente populacional. A fim de comparação, podemos citar, ainda, o total populacional (incluindo-se livres e escravos) de alguns povoados listados nos dados publicados pela FEE para o ano de 1814: Freguesia de Viamão 2.812; Conceição do Arroio 1.678; São Luis de Mostardas 1.151; Nossa Senhora dos Anjos 2.653; Senhor Bom Jesus do Triunfo 3.456; Santo Amaro 1.884; Nossa Senhora da Cachoeira 8.225; São José do Taquari 1.774; Piratini 3.673; Pelotas 2.419; Missões 7.951 (FEE, 1981, p. 51).

<sup>7</sup> A respeito das atividades mercantis e seus impactos sobre a configuração da paisagem social e material de Rio Pardo, ver: SOUZA (1998), CORREA e COSTA (2000), VOGT (2001), SCHNEIDER (2005) e COSTA (2006).

<sup>8</sup> Vale lembrar que este empreendimento, embora noutro contexto e com outros interesses, já havia sido foco de esforço dos "construtores" oficiais da história gaúcha no final do século XIX, com maior empenho, nas primeiras décadas do XX. Entre estes, por certo, não poderíamos deixar de mencionar nomes como Moysés Vellinho e Manoelito de Ornellas, Aurélio Porto, Souza Docca, Othello Rosa, Alfredo Varella, entre outros. Sobre um estudo pioneiro a respeito das matrizes ideológicas e interpretativas desses autores, ver GUTFREIND (1998). Para uma abordagem mais recente, ver: NEDEL (1999) e (2005).

<sup>9</sup> Segundo Moacyr Flores (2007), sua carreira como historiador se desenvolveu junto com sua notável atuação em entidades ligadas à cultura gaúcha e nacional. Passou pelos cargos de diretor do Museu Júlio de Castilhos, presidente da Academia Rio-grandense de Letras, da Academia Brasileira de História e da Comissão Nacional do Folclore, entre outras. Aqui, poderíamos acrescentar às informações de Flores (2007), a contribuição de Laytano na constituição dos Departamentos Culturais de Rio Pardo.

<sup>10</sup> A Irmandade de Caridade do Senhor Bom Jesus dos Passos foi fundada em 1805, com o nome de Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Enquanto uma instituição sociorreligiosa e

tradicionalmente alicerçada no costume da sociedade colonial, tinha como finalidade, não só, mas também, a prática da caridade e o auxílio aos pobres e desamparados. Na década de 1940, Biagio Tarantino participou em diversas gestões de sua diretoria (AHMRP - Fundo Biagio Tarantino - VELASCO, Regina Tarantino. Entrevista 01, 23/03/2005). Vale destacar que o acervo ainda se encontra sob custódia de seus confrades. Porém, com acesso restrito, e em precário estado de acondicionamento, perde-se um rico e inédito acervo documental que remonta ao período de sua criação em Rio Pardo. Para uma recente abordagem sobre a atuação das irmandades religiosas no Rio Grande do Sul, ver TAVARES (2008).

<sup>11</sup> Referimo-nos à criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IPM), pelo Decreto nº. 24.735, de 14 de julho de 1934, e pela posterior implementação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pelo Decreto nº. 25, de 30 de novembro de 1937. Sobre as narrativas centrais de formulação de políticas do patrimônio no Brasil, nomeadamente, a de Rodrigo Mello Franco de Andrade – um dos idealizadores e primeiro diretor do SPHAN, que inspirou sua política de 1937 a 1979 – e a de Aloísio Magalhães – que esteve à frente do IPHAN/Pró-Memória por um curto período, de 1979 a 1983, mas que foi decisivo para sua transformação. Contudo, parece interessante notificar que o percurso institucional do IPHAN foi marcado por diferentes etapas organizacionais. Desde sua criação em 1937, o órgão passou novas denominações. Em 2 de janeiro de 1946, o Decreto-lei nº. 8.534 transformou o SPHAN em diretoria, passando a chamar-se DPHAN. Na década de 1970, um novo decreto transformou a DPHAN em Instituto – IPHAN, Lei nº. 66.967, de 27 de julho de 1970. Naquela mesma década, ainda seria criada Lei nº. 6.757, de 26 de novembro de 1979, a Fundação Nacional Pró-Memória, órgão operacional do IPHAN. Para maiores informações, ver, entre outros: GONÇALVES (1996) e OLIVEIRA (2008). Sobre os efeitos desse processo no Rio Grande do Sul, ver: MEIRA (2008).

<sup>12</sup> Entre algumas das produções realizadas naquele contexto, destacamos: LAYTANO (1946) livro publicado em comemoração ao primeiro centenário de Rio Pardo como cidade; também ver: ANTUNES (1946).

<sup>13</sup> Entre os principais trabalhos e projetos desenvolvidos por Francisco Riopardense de Macedo cujo tema foi Rio Pardo, destacamos os seguintes: **Produções:** MACEDO (1972) e (1980); **Projetos arquitetônicos:** Centro Cívico e Cultural de Rio Pardo, incluindo projeto da Prefeitura, da Câmara Municipal, da Biblioteca Pública, do Museu Histórico, 1967; Levantamento arquitetônico da Capela de São Francisco de Assis, para fins de restauração, 1971; Levantamento Arquitetônico do Solar Alexandrino de Alencar, para fins de restauração, 1977; Praça do Barro Vermelho, evocativa ao episódio da Guerra Farrroupilha e à Composição do Hino Riograndense, 1980; Monumento Funerário ao Padre Broggi, junto à Igreja Matriz; Projeto e Realização do Monumento do Parque da Fortaleza, 1982.

<sup>14</sup> A antiga Estação Rodoviária de Rio Pardo foi edificada quase numa interseção entre as ruas Senhor do Passos e Dr. João Pessoa. Atualmente, encontra-se às margens da RS 471, rodovia que liga Rio Pardo aos municípios de Santa do Cruz do Sul e Pantano Grande.

<sup>15</sup> Entrevista concedida ao *Jornal Gazeta do Sul*. Ver: COSTA (2009). *Rio Pardo 200 anos*. Fascículo nº. 06, p. 10-11. Disponível em: <http://www.riopardo200anos.com.br/?acao=fasciculo>. Também devemos mencionar que, ancorada no inventário de fontes sobre a Rua da Ladeira (Rio Pardo - RS) e Sítio Urbano de Santo Amaro (General Câmara - RS), realizado por REMEDI, COSTA e SCHMACHTEMBERG (2005), a polêmica em torno do calçamento da Ladeira também foi abordada por MEIRA (2008, p. 260-264).

<sup>16</sup> Segundo Amaro Meurer (2001), Antônio Olinto Meurer era neto de imigrantes alemães que chegaram ao Brasil em 14 de agosto de 1858 e se fixaram em Bom Jardim, interior de Montenegro. Filho de Frederico Meurer e Elisabetha Sparrenberger Meurer, Olinto Meurer nasceu em 26 de abril de 1902 em Montenegro, na linha Bom Jardim. Após participar do Movimento de 1924 e da Coluna Prestes, casou, em 25 de setembro de 1926, com Olga Böhm, filha de Henrique e Francisca Böhm. Da união matrimonial nasceram 9 filhos: João Deoclécio, Ilton Frederico, Pedro Cilon, Erna Catarina, Elza Elisabetha, Maria Herta, Amaro Adair, Ana Edith e Elzira Terezinha.

<sup>17</sup> Olinto Meurer foi prefeito municipal substituto de 27 de dezembro de 1954 a 31 de dezembro de 1955. Na época, era presidente da Câmara Municipal de Vereadores quando o prefeito Faustino Teixeira de Oliveira renunciou ao cargo e o vice-prefeito não quis assumir. Meurer, também governou o município no período 1960/63; foi vereador eleito para três legislaturas: 1952/55, 1956/59 e 1964/67, além de suplente de Deputado Estadual na legislatura 1962/65, tendo assumido o cargo interinamente em 1965. (MEURER, 2001).

<sup>18</sup> Há referências a duas visitas de Pedro II a Rio Pardo. A primeira, em 1846 e, a segunda, em 1865. (LAYTANO, 1946, p. 188-189).

<sup>19</sup> Segundo Antonio Moraes Silva (1813 [Tomo 2], p. 120), a palavra *Tombo* – enquanto derivação jurídica da tradição portuguesa – pode significar o “inventário autêntico dos bens e terras de alguém com suas confrontações, rendas, direitos e encargos, demarcações, etc.”. Também empregada ao local onde se conservam as coisas do Reino “Torre do Tombo, a casa onde se conservam os livros, registros, ou originais das leis, escrituras públicas, contratos, tratados com as nações estrangeiras, etc., e outros papéis autênticos do Reino”.

<sup>20</sup> No Brasil, a ideia de defesa dos monumentos históricos passou a ganhar visibilidade na década de 1920, sobretudo a partir da criação das inspetorias estaduais de monumentos históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e, em Pernambuco, em 1928. Todavia, a iniciativa ganhou maior expressão em 1936/37, como já mencionamos, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (OLIVEIRA, 2008, p. 115). Vale lembrar que, com a constituição do SPHAN, também foi instituído o estatuto do tombamento. Para maiores detalhes, ver: BRASIL - Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

<sup>21</sup> RIO PARDO. Decreto nº. 162, de 29 de dezembro de 1992 – Cria o Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo e dá outras providências.

<sup>22</sup> BRASIL - Lei nº. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. In: Conselho Nacional de Arquivos/CONARQ. Legislação Arquivística Brasileira, 2008.

<sup>23</sup> Excerto extraído de TARANTINO, Biagio Soares. A Rua da Ladeira. *Jornal de Rio Pardo*, Rio Pardo, 06 fev. 1955, p. 2.

<sup>24</sup> BRASIL - IPHAN, Livro do Tombo, inscrição nº. 311, de 16/03/1955 – processo nº. 0521-T-55.

<sup>25</sup> Segundo Falcon (1998, p. 30-31), a “tentação teleológica” consiste em se interpretar o que o historiador já sabe de antemão acerca do curso da experiência histórica. O “anacromismo presentista”, ao contrário, pode conduzir o historiador a utilizar conceitos atuais sem reconhecer sua dimensão e sentido específicos no contexto e na época em questão.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 37-52, jul./dez., 2005.

ANTUNES, Paranhos. *Rio Pardo: Cidade Monumento*. Livraria do Globo, 1946.

AS PEDRAS da Ladeira. *Jornal de Rio Pardo*, Rio Pardo 12 jun. 1953, p. 2.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. 5.ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003. P. 237-258.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 7-38.

CALÇAMENTO DA RUA da Ladeira. *Jornal de Rio Pardo*, Rio Pardo, 26 jan. 1958, p. 3.

CORREA, Silvio Marcus de Souza; COSTA, Miguel Ângelo Silva da Costa. Os sobrados de Rio Pardo e a arte decorativa das bandeiras. *Ágora*. Santa Cruz do Sul. v. 6, n. 2, p. 31-50, jul/dez., 2000.

COSTA, Miguel Ângelo Silva da. *Entre a “flor da sociedade” e a “escória da população”*: a experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880). 2006. 249 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

CUNHA, Aristides. A Rua da Ladeira. *Jornal de Rio Pardo*, Rio Pardo, 19 jul. 1953, p. 3.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte – Investigação sobre a Sociologia da Realeza e da Aristocracia de Corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FALCON, Francisco J. C. História e Cidadania. In: MARTINS, Ismênia de Lima; IOKOI, Zilda Márcia G.; SÁ, Rodrigo Panta de. (Org.) *Anais do XIX Simpósio Nacional de História*. Belo Horizonte, p. 30-31, jul., 1998.

FLORES, Moacyr. Dante de Laytano e o negro no Rio Grande do Sul. *Cadernos IHU Idéias*, São Leopoldo, n. 79. p. 1-10, out., 2007. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/079cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2012.

FREYRE, Gilberto. *Prefácio*. LAYTANO, Dante de. *Almanaque de Rio Pardo*. Prefácio de Gilberto Freyre. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Tipografia do Centro, 1946.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. Trad.: Frederico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. Pruebas y posibilidades. Comentario al margen del libro El regreso de Martín Guerre de Natalie Zemon Davis. In: *Tentativas*. Rosario (ARG): Prohistoria ediciones, 2004. p. 157–180.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, jul./dez. 1988.

GONCALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes. Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun., 2005.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia Rio-Grandense*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LAYTANO, Dante de. *Almanaque de Rio Pardo*. Prefácio de Gilberto Freyre. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Tipografia do Centro. 1946.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques História e Memória. Tradução Bernardo Leitão (et al.). São Paulo: Editora da Unicamp, 1990. p. 525-539.

- LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. (Coord.) Memória e história. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. p. 11-51. (Enciclopédia Einaudi, 1).
- LUZ, Xavier da. Ladeira abaixo... Ladeira acima. *Jornal de Rio Pardo*, Rio Pardo, 27 mar. 1955, p. 3.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *O Solar do Almirante*. (1º Prêmio Concurso Nacional/FUNARTE/RJ) Porto Alegre: Editora da Universidade da UFRGS e Instituto Estadual do Livro, 1980.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Rio Pardo: a Arquitetura fala da História*. Porto Alegre. Edição: Sulina e IEL, 1972.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O patrimônio histórico e artístico nacional do Rio Grande do Sul: atribuição de valores e critérios de intervenção*. 2008. 483 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MEURER, Amaro Adair. Biografia de Antônio Olinto Meurer. In: MEURER, Amaro Adair. *Família Meurer no Brasil*. 2001. p. 1-3. Disponível em: <<http://www.meurer.cjb.net/>>. Acesso em: 20 mai. 2012.
- MONTEIRO, Charles. 2006. Memória e esquecimento nas artes de lembrar a cidade de Porto Alegre nas crônicas de Nilo Ruschel. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, p. 1-10, jan., 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1534>>. Acesso em: 10 ag. 2012.
- NEDEL, Leticia Borges. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v.13, n. 1, p. 85-118, abr., 2007.
- NEDEL, Leticia Borges. *Paisagens da província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinquenta*. Dissertação. 1999. 248 f. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- NEDEL, Leticia Borges. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. 2005. 572 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, PUC, n. 10, p. 07-28, dez, 1993.
- O “35” CTG PROTESTA pela Rua da Ladeira. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, 22 fev. 1955, p. 3
- OLIVEIRA, Glicério Alves de. Elas Voltarão. *Jornal de Rio Pardo*, Rio Pardo, 19 fev. 1956, p. 4.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Cultura é Patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- PERALTA, Elsa. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 83-96, out. 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-24, 2007.

---

REMEDI, José Martinho Rodrigues; COSTA, Miguel Ângelo Silva da Costa e SCHMACHTEMBERG,. *Inventário de Fontes sobre a Rua da Ladeira (Rio Pardo-RS) e o Sítio Urbano de Santo Amaro (General Câmara – RS)*. Porto Alegre: IPHAN/ 12ª Superintendência Regional – Rio Grande do Sul, 2005

ROSO, Larissa. Dante de Laytano (1908-2000). *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 19 fev. 2000, Caderno de Cultura, p. 5.

RUA DA LADEIRA. *Jornal de Rio Pardo*. Rio Pardo, 19 fev. 1956, p. 04.

SCHNEIDER, Luiz Carlos. Patrimônio Arquitetônico-urbanístico e evolução urbana de Rio Pardo. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2005.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Tomo 2. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813.

TARANTINO, Biagio Soares. A Rua da Ladeira. *Jornal de Rio Pardo*, Rio Pardo, 06 fev. 1955, p. 2.

TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades, Igreja e Devoção no sul do Império do Brasil*. Coleção Biblioteca Histórica RS. São Leopoldo: Editora UNISINOS e Oikos, 2008.

VELHO, Gilberto. Gilberto Freyre: Trajetória e singularidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, nº 58, p.11-21, set., 2008.

VOGT, Olgário Paulo. Formação Social e Econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo e SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). *Vale do Rio Pardo : (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 123-146.

VOGT, Olgário. Paulo.; ROMERO, Maria Rosilane Zoch (Org.). *Uma luz para a história do Rio Grande: Rio Pardo 200 anos: cultura, arte e memória*. Santa Cruz do Sul: Gazeta, 2010.